



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Boa Governação - Transparência - Integridade

NOTA DE IMPRENSA

CIP SUBMETE CARTAS A ANTIGOS PRESIDENTES DA REPÚBLICA EXORTANDO À RENÚNCIA PARCIAL DE REGALIAS E REVISÃO DO DECRETO N.º 9/2026, DE 27 DE MARÇO

O Centro de Integridade Pública (CIP) informa ao público que, nesta terça-feira, 14 de Abril de 2026, procedeu à submissão de três cartas de exortação dirigidas aos antigos Presidentes da República, nomeadamente Joaquim Chissano, Armando Guebuza e Filipe Nyusi.

Nas referidas comunicações, o CIP apela à renúncia voluntária parcial às regalias previstas no Decreto n.º 9/2026, de 27 de Março, instrumento que regulamenta os deveres e direitos do Presidente da República após a cessação de funções, e que introduz um conjunto alargado de benefícios com impacto directo e permanente sobre o erário público.

O CIP reconhece, com elevado sentido de respeito institucional, o papel histórico desempenhado pelos antigos Chefes de Estado na construção, consolidação da paz e desenvolvimento de Moçambique. Contudo, sublinha que a ampliação das regalias consagradas no referido decreto representa um aumento significativo de encargos públicos, cuja razoabilidade e sustentabilidade suscitam preocupações legítimas, sobretudo à luz das actuais condições socioeconómicas do país.

Com efeito, o país continua a enfrentar profundas carências estruturais, amplamente conhecidas pela sociedade, incluindo atrasos salariais no sector da educação, greves recorrentes no sector da saúde, escassez de medicamentos e condições precárias de ensino que afectam milhares de crianças. Neste contexto, a expansão de benefícios para antigos titulares de cargos públicos levanta dúvidas quanto à sua conformidade com o princípio da justiça social consagrado na Constituição da República.

O CIP entende que, num cenário marcado por limitações fiscais, crise do Estado e elevados índices de pobreza, a aceitação integral destas regalias poderá ser interpretada, sobretudo pelos cidadãos que historicamente depositaram confiança e admiração nestas

figuras, como um sinal de distanciamento face às reais condições de vida da população e de fragilidade nos valores éticos que devem nortear a liderança pública.

Por essa razão, as cartas dirigidas aos antigos Presidentes sublinham o seu papel enquanto reservas morais da nação, apelando não apenas à renúncia voluntária parcial dos benefícios, mas também à utilização da sua autoridade moral e influência institucional para persuadir o actual Executivo a proceder à revisão do diploma, em nome da justiça social, da equidade e da sustentabilidade do erário público.

O CIP acredita que este gesto, para além de reforçar a coerência entre os valores historicamente defendidos por estas figuras e as suas acções no presente, constituirá um sinal inequívoco de compromisso com o bem comum, contribuindo para o fortalecimento da confiança dos cidadãos nas instituições públicas.

Neste momento particular da vida nacional, o CIP reitera que a história convoca as suas mais altas figuras a reafirmarem, com actos concretos, o compromisso com os princípios da integridade, sobriedade e responsabilidade pública, valores estes que marcaram o percurso de referências incontornáveis como Samora Machel e Eduardo Mondlane.

Maputo, 14 de Abril de 2026



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Boa Governação - Transparência - Integridade

Rua Fernão Melo e Castro nº 124, Bairro da Sommerschield
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917 Cel: (+258) 82 3016391
Email: cipmoz@gmail.com
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique